

INFORMATIVO bancário

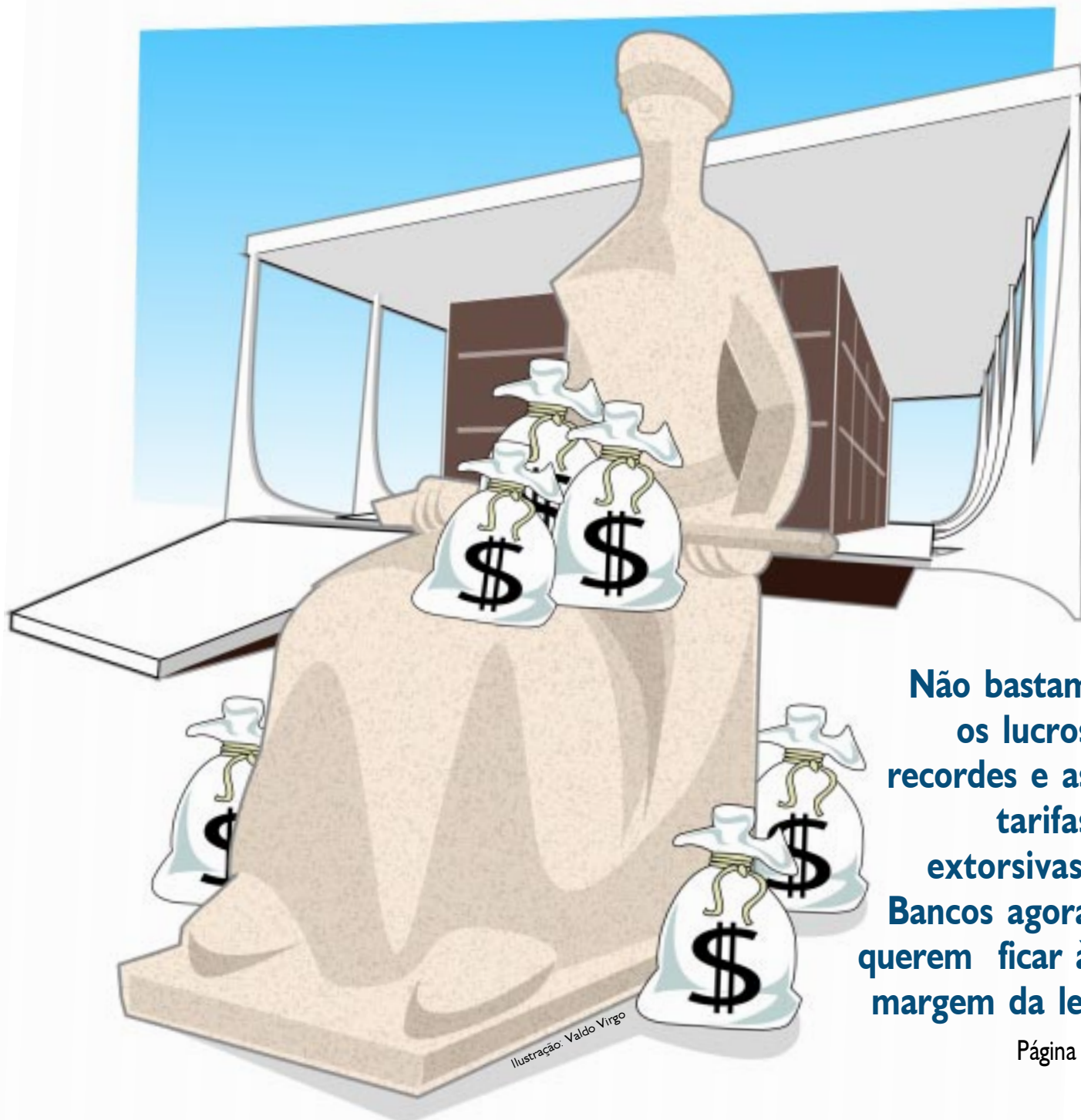
www.bancariosdf.com.br

Brasília - DF, 23 de março de 2006 - Ano 12 - Número 1.114

Nesta edição

Eleição na Cassi
de 17 a 26 de abril

Página 8



**Não bastam
os lucros
recordes e as
tarifas
extorsivas.
Bancos agora
querem ficar à
margem da lei**

Página 3

**Superávits da
Previ geram
redução de
contribuições**

Página 6

**Ministério da
Fazenda aprova
novo plano da
Funcf**

Página 7

**Encontro do
BRB frustra
funcionários no
Teatro Nacional**

Página 4

Assembléia aprova balanço



EXPEDIENTE

Presidente

Jacy Afonso de Melo
presidencia@bancariosdf.com.br

Secretário de Imprensa

Antonio Eustáquio Ribeiro

Jornalista responsável

José Luiz Frare

Redação

Rodrigo Couto
Renato Alves

Diagramação e ilustração

Valdo Virgo

Fotografia

Agnaldo Azevedo

Sede

EQS 314/315 - Asa Sul
Brasília (DF) - CEP 70383-400

Telefones

(61) 3346-9090 (geral)
(61) 3346-2210 (imprensa)

Fax

(61) 3346-8822

Endereço eletrônico

www.bancariosdf.com.br

e-mail

imprensa@bancariosdf.com.br

Tiragem

13 mil exemplares

Distribuição gratuita

Todas as matérias não
assinadas deste informativo
são de responsabilidade da
diretoria do SEEB-DF

de 2005

A assembléia geral da categoria realizada na sede do Sindicato na quinta-feira 16 de março aprovou o balanço financeiro da entidade referente ao exercício de 2005. Veja no site www.bancariosdf.com.br a prestação de contas detalhada e o parecer do Conselho Fiscal.

Agende reuniões com o Sindicato

Desde janeiro deste ano, o Sindicato vem realizando reuniões em várias dependências bancárias para debater tanto questões específicas dos bancos como demandas gerais da categoria. A agência ou departamento bancário que tiver interesse em agendar reuniões pode entrar em contato pelo telefone 3346-9090 (falar na Assessoria), pelo e-mail atendimento@bancariosdf.com.br, ou diretamente com os divulgadores ou direto-

res da entidade.

“É fundamental o diálogo entre a categoria e os seus representantes. Desta forma, apresentamos para o bancário o nosso trabalho, nossas opiniões e recebemos críticas e sugestões que colaboram em nosso dia a dia. Assim, o elo entre diretoria e base fica mais forte para juntos prosseguirmos na luta por novas conquistas e por uma sociedade mais justa”, salienta o diretor do Sindicato Rodrigo Britto.

Vêm aí os congressos da CUT

O Congresso Estadual da CUT será realizado em maio. E o Congresso Nacional em junho. Em breve o Sindicato divulgará as teses que nortearão a discussão dos congressos e a data das assembléias para a eleição de delegados.

Bancos não podem estar acima da lei



*JACY AFONSO DE MELO

O artigo abaixo, do presidente do Sindicato Jacy Afonso, foi publicado no Jornal do Brasil do dia 9 de março. Faz parte da campanha do Sindicato e da Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) pelo enquadramento dos serviços bancários no Código de Defesa do Consumidor, pela redução dos juros e das tarifas e pela melhoria do atendimento, o que inclui a ampliação do horário de abertura das agências.

A sociedade brasileira não pode mais aceitar que os bancos ajam como se estivessem acima da lei e desrespeitem o regime republicano. Nas últimas três décadas, pelo menos, os bancos são o setor da economia que tem as mais altas taxas de lucro no país, sempre beneficiados por decisões governamentais ou conjunturas favoráveis que os banqueiros sabem aproveitar como ninguém.

Quem tem mais de 25 anos de idade deve se lembrar como era doce a vida dos banqueiros, ganhando dinheiro fácil com a inflação alta. Mas mesmo com os índices inflacionários baixos, como no período recente, o sistema financeiro continua a bater recordes sucessivos de lucratividade a cada ano. Só os dois maiores bancos privados, Bradesco e Itaú, embolsaram em 2005 R\$ 11,8 bilhões de lucro líquido. Em relação ao ano anterior, o Itaú aumentou o ganho em 39% e o Bradesco em 80%.

Essa lucratividade sem paralelo, que está entre as maiores do mundo, deve-se a vários fatores. Uma das principais são as taxas de juros astronômicas cobradas pelos bancos, as mais altas do pla-

neta. Outro fator importante de ganho fácil é a cobrança de taxas e tarifas dos clientes e dos usuários. Alguns serviços que antes eram gratuitos passaram a ser cobrados. Estudo do Departamento Inter-sindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese) mostra que na década entre 1994 e 2004, enquanto a inflação medida pelo INPC acumulou 139% as tarifas cobradas pelo sistema financeiro cresceram 483%.

Apesar desse confisco, o atendimento ao público piorou. O sistema financeiro continua sendo um dos que mais reclamações recebem junto aos órgãos de defesa do consumidor. As filas continuam enormes nas agências. A população de baixa renda é discriminada. Os clientes e usuários estão pagando mais caro até mesmo quando eles próprios trabalham de graça para os bancos, usando os serviços financeiros nos postos de auto-atendimento, por telefone ou pela internet.

As filas continuam grandes e o atendimento ruim porque, a despeito da introdução crescente de novas tecnologias, os bancos enxugaram drasticamente seus quadros. No final da década de

80, o sistema financeiro empregava 1 milhão de bancários em todo o país. Hoje, menos de 400 mil profissionais trabalham no setor.

Além de todos esses privilégios, os bancos ainda querem mais um. Estão brigando na Justiça para que os serviços bancários sejam excluídos do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Em 2001, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) criou um código próprio para si, tornando os serviços bancários “especiais” perante os consumidores. E ajuizou perante o Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). Os bancos pretendem que, em vez do Código de Defesa do Consumidor, seus serviços sejam fiscalizados pelo Banco Central, por intermédio do Código do Cliente Bancário -que inventaram.

O próprio fato de os banqueiros entrarem com essa ação na Justiça já é um absurdo. Mostra que eles se consideram acima da lei e se recusam a cumprir normas que valem para todos os outros setores da economia. O Sindicato dos Bancários de Brasília é contra essa preten-

são dos bancos, que lhes confere um salvo-conduto especial para continuar desrespeitando o Código de Defesa do Consumidor, em prejuízo de toda a população. Todos os sindicatos de bancários e todos os órgãos de defesa do consumidor do país também condenam essa busca de privilégio.

A Adin já está sendo votada pelo STF, onde o placar está 2 a 1 contra os bancos. Em abril de 2002, votaram a favor dos consumidores os ministros Carlos Velloso e Néri da Silveira, que consideraram constitucional a aplicação das regras do Código de Defesa do Consumidor nos contratos bancários. O julgamento foi suspenso, quando o ministro Nelson Jobim pediu vista do processo. O próprio Jobim votou a favor dos bancos, agora em fevereiro de 2005.

É urgente que toda a sociedade se levante contra esse privilégio que agrava a desigualdade que os bancos mantêm em relação à população e joga no lixo o esforço que os brasileiros vêm desenvolvendo em prol da cidadania e da construção de um país justo, onde todos são iguais perante a lei.

Encontro do BRB frustra funcionários

Ao contrário do que pregou a direção do BRB em comunicados internos, o encontro realizado na última quarta-feira 15, no Teatro Nacional, em comemoração antecipada dos 40 anos do banco, frustrou os funcionários. A expectativa de que o banco anunciaria o novo Plano de Cargos e Salários (PCS) não se confirmou.

“O sentimento dos bancários ao final do encontro era de frustração, pois a diretoria alardeou que aquele seria um momento para divulgação de ‘grandes surpresas’, o que não aconteceu. O novo PCS sequer foi mencionado, e tudo se resumiu a uma festa”, critica o diretor



do Sindicato Antonio Eustáquio. “Os funcionários compareceram em massa ao evento, sacrificando inclusive outros compromissos, atendendo ao convite do BRB, ávidos pela novidade

que não veio”, complementa o diretor do Sindicato Kleyton Moraes.

Com faixas reivindicando a apresentação de novo PCS baseado no PPR (Programa de Participação nos Resulta-

dos) e a reintegração dos demitidos (fotos), o Sindicato participou do encontro e enfrentou resistência dos funcionários do Teatro que, sob orientação da diretoria do banco, foram instados a não permitirem a manifestação. “Como nos mantivemos firmes em nosso propósito, houve um certo mal estar”, afirmou André Nepomuceno, diretor do Sindicato, que solicitou a presença de um representante do banco, mas não foi atendido.

O Sindicato continua na expectativa e cobra do BRB a apresentação do benefício o mais rápido possível.



BRB paga PLR em torno de R\$ 1.750

O BRB apresentou no segundo semestre de 2005 lucro líquido de R\$ 22,024 milhões, conforme site do Banco Central (BC), que traz os resultados das instituições financeiras do ano passado. Com o resultado, de acordo com o programa específico de participação nos lucros, diz o sítio, o banco

destinará R\$ 3,693 milhões para ser distribuído. O valor consta no site como reserva para este fim.

O banco conta com cerca de 2100 funcionários aptos a participarem da PLR, o que aponta que cada um receberá em média R\$ 1.750 – o valor é linear e decorre de acordo que destina 18% do lucro líquido,

excluída a reserva legal, desde que a rentabilidade ultrapasse 7%; além disso, pode sofrer ajuste em função da regra de cálculo da PLR, já que há reservas que devem ser deduzidas desse balanço.

Segundo os dados da página, o resultado aponta para uma rentabilidade superior a este percentual, po-

rém muito inferior à média do mercado, que se situou acima de 25%. “Um fato ainda que causa estranheza, referente ao balanço, é que, mesmo estando disponível no site do BC, não foi divulgado pelo BRB, ao contrário do que fez todo o sistema financeiro”, observa João Machado, diretor do Sindicato.

Sindicato se reúne com vice-presidente da Tecnologia da Caixa

O Sindicato se reuniu na sexta-feira 17 com a vice-presidente da área de Tecnologia da Caixa, Clarice Coppetti, para tratar de extrapolação de jornada e falta de mão-de-obra especializada, dois dos principais problemas enfrentados pelo setor depois do início do processo de reversão da política de terceirização. A audiência é resultado de reunião do Sindicato com o quadro funcional da área, realizada há cerca de um mês.

Atendendo a “Termo de Conciliação” com base em ação civil pública proposta perante a 8ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, em 2004, o banco teve de substituir técnicos do setor por concursados não habilitados ao tipo de serviço que ele demanda (leia mais no box). “Com a reversão da terceirização, implementada durante o governo FHC, houve um vácuo no quadro de funcionários com determinado tipo de competência e que até hoje não foi preenchido. Isso acabou gerando de-

ficiências em vários departamentos”, explica o diretor do Sindicato Carlos Evaristo.

A medida prejudicou principalmente os líderes de projetos que, por conta do acúmulo de tarefas já existentes, somadas ao trabalho de rotina, ficaram sobrecarregados. “Eles se queixam principalmente da falta de tempo hábil para executar os serviços, sem falar da sobrecarga que isso provoca e da falta de pagamento das horas-extras”, complementa o secretário-geral do Sindicato, Enilson da Silva. “Além disso, esses bancários estão perdendo o direito ao lazer para ficar à disposição do banco 24 horas por dia, durante toda a semana. É preciso mudar essa situação”.

O banco se mostrou sensível às queixas levantadas pelo Sindicato, reconheceu as dificuldades e se comprometeu a fazer reunião com o corpo funcional da Tecnologia, com a participação da entidade, em data ainda a ser definida.

Em 2004, a Caixa e o Ministério Público do Trabalho firmaram “Termo de Conciliação” com base em ação civil pública, proposta perante a 8ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, em que o banco se compromete a ajustar os serviços terceirizados de “back-office”, nas condições e prazos de um plano de ação, a ser executado no período de 2004 a 2007. Naquele ano, esse ajuste foi de 10%. Para 2005, 2006 e 2007, a cota foi estabelecida em 30% a cada ano. Caso esse acordo seja descumprido, a Caixa estará sujeita a pagar multa de R\$ 1.000 por trabalhador contratado irregularmente.

Para implementar esse plano de ação, a Caixa tem que atender as seguintes premissas: realização de concurso público, autorização do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para aumento do número necessário de empregados do seu quadro próprio, realização de licitação para contratação do projeto de gerenciamento por imagem e disponibilidade de recursos financeiros no orçamento da empresa.

Negociações com a Caixa estão agendadas para a próxima semana

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e a direção da Caixa Econômica Federal fazem rodada de negociações na próxima segunda-feira, 27 de março, em Brasília, às 16h,

para tratar da seguinte pauta: balanço sobre complementação do cargo de caixa/PV, implantação do projeto-piloto sobre Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon) e outros itens referentes ao

processo de negociações permanentes.

Antes, às 13h, na sede da Fenae, acontece reunião da CEE/Caixa para preparar o encontro com a empresa.

Diretoria da Previ aprova redução de 50% das contribuições

A Diretoria Executiva da Previ aprovou na terça-feira 14 de março as propostas apresentadas pelos conselheiros deliberativos eleitos de reduzir em 50% a contribuição do funcionalismo para a Caixa de Previdência, reabrir o financiamento da Carim e alterar o estatuto para que três dos seis diretores executivos sejam eleitos diretamente pelo Corpo Social. A decisão final caberá ao Conselho Deliberativo.

A Previ garantiu em 2005 um superávit de R\$ 9,1 bilhões, resultado que representa um marco na trajetória da entidade. Este é o terceiro resultado positivo seguido. Até 2002, a Previ acumulava um déficit de R\$ 3 bilhões. Com a inversão da curva descendente, a entidade acumulou, de 2003 para

cá, um superávit de R\$ 18,9 bilhões. Deste total, R\$ 11,1 bilhões (25% das reservas) foram contabilizados como reserva de contingência, conforme determina a legislação. O restante (R\$ 7,8 bi) foi contabilizado como reserva para revisão de plano.

Durante a apreciação do balanço do ano passado, os conselheiros deliberativos eleitos — entre eles o diretor do Sindicato José Wilson — apresentaram proposta de redução de contribuições e quatro melhorias de benefícios (aumento no valor das pensões, mudança no critério de proporcionalidade, aumento no benefício mínimo e aumento no teto de benefícios). “A Diretoria já aprovou a redução das contribuições. Queremos que ela também aprove as melhorias dos benefícios”, afirma José Wilson.

Carim reabrirá financiamento

Na reunião realizada no dia 14 de março, a Diretoria Executiva da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) também aprovou a reabertura dos financiamentos com recursos próprios da Carteira Imobiliária (Carim) para os participantes do Plano de Benefícios 1.

A expectativa é de que a operação possa ter início nos próximos noventa dias.

Além disso, a diretoria da Previ decidiu ainda buscar parceria com a Caixa Econômica Federal para obter financiamentos mais baratos que os do mercado para os associados do Plano 2.

A reabertura dos financiamentos da Carim era uma das principais reivindicações dos participantes e um dos compromissos da chapa eleita em 2002.

Nova PP valerá desde dezembro de 2005

A Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da Previ aprovaram, na última semana, a redução da Parcela Previ para R\$ 1.468, conforme votado em plebiscito. A nova PP será implantada com data de 1o de dezembro de 2005 e, a partir de então, passará a ser reajustada anualmente nos meses de setembro, pelos índices de reajuste salarial. “Desta forma, a possibilidade de descasamento entre a PP e o valor do benefício praticamente será eli-



minada”, afirma José Wilson da Silva, diretor do Sindicato e conselheiro deliberativo (suplente) da Previ (foto).

Para implantar de vez a nova PP, estão faltando a assinatura do acordo entre os sindicatos e o BB, a aprovação pela SPC e a finalização dos processos dos sindicatos do Rio, São Paulo e Brasília. O acordo já foi entregue ao banco. Nas próximas semanas, todos estes passos deverão ser finalizados e a nova PP implantada.

Previ restitui eleição direta de diretores e amplia democracia na gestão

Atendendo antiga reivindicação do funcionalismo, a Diretoria da Previ referendou no dia 14 proposta do Conselho Deliberativo da Previ de promover diversas alterações estatutárias. Uma delas restituiu o direito de os participantes elegerem a metade dos seis diretores executivos da entidade — direito que era assegurado pelo regime estatutário de 1997 e suspenso em 2002 pelo interventor nomeado pelo governo FHC.

Outra alteração foi a criação de conselhos consultivos para o Plano 1 e para o Previ Futuro. O conselho consultivo de cada plano será formado por três membros titulares e respectivos suplentes eleitos e três titulares e respecti-

vos suplentes indicados pelo banco.

As mudanças no estatuto já foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), o órgão do Ministério da Previdência encarregado de fiscalizar os fundos de pensão. As novas regras do estatuto já valerão para a próxima eleição, que será realizada de 15 a 29 de maio.

“Com essas alterações, resgatamos um compromisso que havíamos assumido com os participantes e aprofundamos a democratização da gestão da Previ e dos nossos planos de benefícios”, afirma José Wilson da Silva, diretor do Sindicato e conselheiro deliberativo (suplente) da Caixa de Previdência.

Diretoria da Previ apresenta balanço no Sindicato dia 30

O Sindicato convida todos os participantes, da ativa e aposentados, para a apresentação do balanço de 2005 da Previ que a diretoria da Caixa de Previdência fará no dia 30 de março, no Teatro dos Bancários. Começará às 8h30, com um café da manhã.

A Previ apresentou um superávit de R\$ 9,1 bilhões em 2005 — recorde absoluto em toda a história dos fundos de pensão na América Latina. Com esse resultado, o superávit da Previ chegou a R\$ 18,9 bilhões nos últimos três anos, já descontados os R\$ 3 bilhões de déficit de 2002, último ano do governo FHC.

Ministério da Fazenda aprova novo plano da Funcef

Na semana passada, o Ministério da Fazenda aprovou os documentos contendo as regras do novo plano da Funcef e saldamiento. O passo seguinte será a aprovação pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), do Ministério do Planejamento, e pela Secretaria

de Previdência Complementar (SPC), do Ministério da Previdência e Assistência Social, o que deve ocorrer nos próximos dias. O texto do novo plano foi remetido para os órgãos do governo em dezembro do ano passado. As informações são da Fenaef.

Tão logo seja dado o sinal verde dos órgãos governamentais, a Funcef

vai deslançar a campanha de divulgação do novo plano. Será enviado a todos os associados um kit informativo contendo os regulamentos, uma cartilha com informações sobre as novas regras, orientações aos participantes, um termo de adesão e o extrato retratando a situação do associado, como valor de reserva, benefício antecipado e valo-

res referentes ao saldamiento.

Aberto o processo de adesão formal e individual, cada participante vai manifestar seu interesse em aderir às regras do saldamiento no plano atual e ao novo plano de benefícios, simultaneamente, ou em permanecer nos planos REG e Replan.

'Exigimos solução imediata para o déficit da Cassi'

Passados mais de três meses da assinatura do acordo da campanha salarial do ano passado, a direção do BB ainda não cumpriu um dos itens da convenção, que é a apresentação de uma proposta global para resolver o grave desequilíbrio financeiro do Plano de Associados da Cassi. "O banco assumiu o compromisso de fazer uma propos-

ta 60 dias após a assinatura do acordo. Notificamos o BB em razão do descumprimento da cláusula do acordo porque a Cassi não pode esperar mais", critica Eduardo Araújo, diretor do Sindicato e representante da Federação Centro-Norte na Comissão de Empresa dos Funcionários.

O déficit se deve à diminuição das receitas da Caixa

de Assistência provocada pela política salarial implantada em 1995 pelo governo FHC, que deixou os funcionários sem reajuste durante sete anos, rebaixou salários com a mudança do PCS e reduziu de 4,5% para 3% a contribuição patronal relativa aos funcionários que ingressaram no banco a partir de 1998. Além disso, o BB se eximiu da responsabili-

de pela contribuição de cerca de sete mil dependentes indiretos.

"Desde 2003 estamos incluindo na pauta das campanhas salariais uma solução para os problemas da Cassi, exigimos a apresentação da proposta global já apreciada pela diretoria do BB para negociarmos efetivamente uma solução para a Cassi", afirma o diretor.

Associados da Cassi elegem parte da direção em abril

Os associados da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) vão renovar parte da direção da entidade em eleições diretas que serão realizadas entre 17 e 26 de abril. Votarão os mais de 143 mil titulares do Plano de Associados, da ativa e aposentados.

Segunda maior entidade do segmento de autogestão em saúde do país, atendendo a mais de 730 mil vidas nos diversos planos, a Cassi tem um modelo de gestão compartilhada entre os associados e a patrocinadora. A metade da diretoria executiva e do conselho deliberativo e todo o conselho fiscal são eleitos pelos associados.

Nesta eleição de abril, serão renovados um diretor executivo, dois conselheiros deliberativos (um titular e

um suplente) e todos os seis conselheiros fiscais (três efetivos e três suplentes).

Três chapas concorrem ao pleito: a Chapa 1-Sempre Cassi, formada por militantes sindicais e dirigentes de várias outras entidades do funcionalismo; a Chapa 3-Cassi Merece Respeito, apoiada pela Anabb; e a Chapa 5-Saúde para Cassi, lançada pelo Movimento de Oposição Bancária.

Como votar

A votação será eletrônica. Os associados da ativa votam pelo SisBB ou pelos terminais de auto-atendimento do BB. Os aposentados dão seu voto pelo sistema de consulta da Previ, pelo fone 0800 729 0808.

Sindicato apóia Chapa 1

A diretoria do Sindicato, em reunião realizada no dia 17 de março, decidiu apoiar a Chapa 1-Sempre Cassi nas eleições de 17 a 26 de abril para a Caixa de Assistência.

O apoio se deve, em primeiro lugar, porque o Sindicato considera a Chapa 1 a mais representativa das bases do funcionalismo, a mais ampla, que procurou reunir os mais diferentes segmentos da categoria, dos sindicatos às AABBs, passando pelos aposentados, por representantes de todas as regiões, por homens e por mulheres, por novos e por antigos funcionários.

Em segundo lugar, a Chapa 1 é composta pelas pessoas que mais entendem de saúde e de Cassi. São lideranças que tiveram participação decisiva na construção do projeto que, a partir de 1996, vem configurando uma nova Cassi, com autonomia administrativa e um novo modelo de assistência, que vem buscando e conseguindo consolidar um plano de saúde de qualidade para nossas famílias.

Sindicato exige

suspensão do corte de despesas de pessoal

Como “premiação” ao lucro recorde de R\$ 4,1 bilhões alcançado pelos funcionários em 2005, a diretoria do BB anunciou no dia 15 de março a redução de despesas administrativas em 10%, sendo a metade com despesas de pessoal. A Comissão de Empresa e os sindicatos enviaram ofício à direção do banco exigindo a “imediata suspensão” da decisão e solicitaram reunião de emergência para discutir o as-

sunto. O Sindicato aguarda o agendamento da reunião.

“É inadmissível o BB tomar essa atitude depois do lucro recorde do ano passado e de ter fechado acordos de trabalho baseados no orçamento para 2006. Se o banco não suspender a decisão, terá de arcar com as consequências”, adverte Eduardo Araújo, diretor do Sindicato e representante da Federação Centro-Norte na Comissão de Empresa. “Não dá para entender a medida depois de

a empresa anunciar um novo concurso, e sabemos que o efeito desses cortes não afetará de forma significativa o índice de eficiência operacional do BB, que ano a ano tem sido melhorado”.

“Espanta-nos o fato de o banco veicular esse tipo de deliberação para seus funcionários, sem sequer termos chegado a um consenso sobre o PCC e PCS”, criticam as entidades sindicais na carta à direção do banco. A carta das entidades sindicais

à direção do banco conclui: “Repudiamos veementemente a forma que esta direção vem tratando assuntos que dizem respeito aos funcionários do Banco do Brasil, sem a participação de seus representantes, em pleno processo de negociação do PCC e PCS. Exigimos a imediata suspensão do processo que se refere à redução de despesa de pessoal. Solicitamos ainda que seja agendada uma reunião para discutirmos o assunto”.

Gestores violam normas e criam regras paralelas para descomissionamento

O Sindicato tem recebido denúncias de que gestores do Banco do Brasil estão descumprindo as normas internas da empresa, sobretudo na Tecnologia, com o objetivo de punir funcionários a partir de avaliações paralelas — e assim descomissionar pessoas.

Entre as irregularidades apontadas pelos funcionários, estão as seguintes:

- ▶ Avaliações fora do sistema de avaliação de desempenho do BB (GDC) para funcionários que retornam de licença-saúde, violando a Norma LIC “59.120.30.1 item 01”;
- ▶ Avaliações, fora da GDC, para funcionários que

trabalharam menos de 90 dias dentro do período de avaliação, em descumprimento da Norma LIC “59.120.30.1 itens 07, 10 e 28a”;

- ▶ Punição de funcionários sem a observância de direitos assegurados, como determina a Norma LIC “62.100.4.1 item 02”.

Ao não se observar os normativos acima, também foram ignoradas as seguintes determinações: LIC “62.100.2.1 item 01a”, LIC “62.100.3.1 item 01a” e a carta de princípios de responsabilidade socioambiental, nos itens 3 e 12. “Exigimos da direção do BB a apuração dessas irregularidades

e a punição dos infratores, com base nas instruções do banco, dentre elas o LIC ‘62.100.4.1 item 01’, denuncia Mirian Fochi, diretora do Sindicato.

Para o Sindicato, o banco precisa corrigir as formas de avaliação, já que são inadequadas, e criar regras claras para descomissionamento.

Intimidação

O Sindicato também tem recebido reclamações de tentativas de intimidação a funcionários que procuram ou procuraram a entidade sindical para denunciar desmandos, obter ajuda e ori-

entações no sentido de reparar possíveis injustiças — o que também viola as normas internas do banco.

O Sindicato pede aos funcionários que comuniquem as irregularidades aos diretores do Sindicato, da Federação dos Bancários Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) ou os delegados sindicais da sua dependência. Os dirigentes sindicais que devem ser contatados são:

Mirian Fochi (9994-0319), Eduardo Araújo (9994-0234), Rodrigo Britto (9994-3191), Pacheco (9994-0323), Rafael Zanon (9994-0325), Alexandra (Ag. SBS), Gomes (Ditec), Hamilton (Fundação BB), Leila (Dicre), Philip (Ag. Postalis).

Saiba o que é a alta médica programada

“A alta médica dita ‘pré-datada’ é absurda porque pressupõe uma capacidade do perito do INSS de adivinhar a evolução futura da doença. Quando há doenças com ciclo próprio, gripe, fraturas ou assemelhados, isso é possível. Quando se trata, no entanto, de doenças crônicas, patologias mentais, a questão é diferente. O ato médico nesse sentido, ao conceder uma alta médica com meses de antecedência, pode ser, inclusive, enquadrado criminalmente, além de atentar contra o código de ética médica.”

Esse é o parecer da assessoria jurídica do Sindicato sobre a Cobertura

Previdenciária Estimada (Copes), também conhecida como “data certa”, implementada pelo INSS em agosto de 2005, que determina que o auxílio-doença seja concedido por um tempo determinado por evidências médicas. Em linhas gerais, a medida parte do princípio de que toda moléstia possui um prognóstico de tratamento e, em razão disso, o médico-perito sabe quanto tempo o segurado necessitará para a recuperação e o consequente retorno ao trabalho, já definindo assim a data de cessação do benefício na primeira perícia.

Diversas ações já foram tomadas pela suspensão imediata da Copes por en-

tidades sindicais de todo o país, tanto do ponto de vista judicial como político. A 3.^a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, realizada em Brasília no final do ano passado, aprovou deliberação contrária a essa sistemática, porém o INSS insiste em sua manutenção.

Seminário em abril

O movimento sindical é contra o “data certa” por entender que o programa viola a Constituição Federal e os fundamentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim

como a própria lei previdenciária. O trabalhador tem sido obrigado a voltar ao trabalho sem estar em sua plena condição física e mental.

Por isso os sindicatos, por intermédio de suas federações e da CUT, com base em proposta debatida na última reunião de seu Coletivo de Saúde, estão organizando um seminário, nos dias 4 e 5 de abril, na CUT Nacional, para cobrar as principais questões aprovadas naquela conferência e a efetividade dos avanços enquanto política de Estado a serem implementadas nas ações de saúde do trabalhador nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

JURÍDICO

O que o Sindicato pode fazer por você

O Sindicato disponibiliza para todos os associados assessoria jurídica para demandas trabalhistas, cíveis e de saúde. Ela possui uma tradição de vitórias e lutas em prol do trabalhador bancário, que a qualifica como uma das melhores do país. É importante que os bancários tenham conhecimento desse serviço, uma vez que está

virando rotina os bancos interpelarem seus funcionários com pedidos de informação ou esclarecimentos por meio de inquérito administrativo.

Sem uma assessoria adequada, o bancário responde, muitas vezes por falta de orientação, a questionamentos dos bancos que o prejudicam. Utilizando a assessoria jurídica, o fun-

cionário tem uma resposta mais qualificada e menos chance de cair nas armadilhas que são utilizadas nas interpelações.

O Sindicato ainda alerta para que o bancário sindicalizado procure o departamento jurídico assim que receber a primeira interpelação, facilitando dessa forma o trabalho dos advogados e sua defesa.

Copa dos Bancários será em maio

Em junho será realizada a Copa do Mundo da Alemanha. Um mês antes, em maio, o Sindicato dá o pontapé inicial para a Copa dos Bancários. Portanto, se além de bancário você bate um bolão, não fique de fora do maior evento esportivo da categoria.

Além de manter a forma física

ca e a saúde, os jogos da Copa dos Bancários vão integrar os antigos com os novos bancários. As inscrições podem ser feitas de 27 de março até 20 de abril. Bancários de todos os bancos estão convidados a participar. Mais informações com o diretor Márcio Teixeira pelos telefones 9655-2535 e/ou 3346-9090.



AABB Formosa comemora 42 anos

A AABB Formosa comemorou no último dia 11 de março 42 anos de existência. Para marcar a data, a entidade organizou um Torneio de Futebol entre os associados, que contou com a participação do Sindicato, cujo time foi derrotado por 7 X 4 pelo AABB Cristalina. O título do Torneio ficou com a AABB Formosa, que venceu a AABB Cristalina na grande final por 4 X 3.

Após as atividades es-

portivas, a diretoria da associação realizou solenidade em homenagem aos associados e parceiros, além de entregar as medalhas para os campeões das atividades atléticas. Durante a solenidade, a diretora do Sindicato Mirian Fochi (foto) prestou homenagem às mulheres presentes no evento, lembrando a importância do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março.

Sindicato recebe título de personalidade AABB

O Sindicato recebeu do presidente da AABB Formosa, Clever Bonfim, certificado de personalidade AABB pela parceria que mantém com a entidade. O diretor Rodrigo Britto representou o Sindica-

to durante a cerimônia, seguida de uma grande festa com música ao vivo.

Associação quer abrir as portas à comunidade

Trazar a comunidade para dentro da AABB. Esse é um dos compromissos assumidos pela atual diretoria da entidade, tornando-a referência para a população de Formosa. O clube possui trabalhos sociais que merecem destaque, principalmente com crianças e adolescentes de famílias de baixa renda e com pessoas que estão na terceira idade. "Por conta dessas iniciativas é que o Sindicato entregou uma placa em homenagem aos 42 anos de AABB e destacou os trabalhos em prol da comunidade de Formosa. Parabéns para a AABB Formosa, seus associados e amigo. É o que deseja a diretoria do Sindicato", destacou Rodrigo Britto.



Bancários participam do Cantacut



Lorena, do Banco de Boston, é uma das concorrentes

Foram encerradas na sexta-feira 10 as inscrições para o 1º Festival da Nova Canção Popular Brasileira – Cantacut. Os bancários de Brasília serão representados por sete músicas inéditas, disputando a etapa classificatória da região Centro-Oeste. Até 11 de abril, um júri regionalizado escolherá as 12 músicas finalistas do evento, que terá sua etapa final na cidade de São Paulo, nos dias 29 e 30 de abril.

As canções dos músicos da capital federal são Noite Sem Luar, interpretada por Lorena Kelly; Do Lado De Dentro e Vestígio, de Gab de Oliveira e Henrique Diaz; Cidade Caricata, Cidadão Carapuça e Cangaceiro Cibernético, de Jéferson Mei-

ra e as canções Licença e Voltei a Razão, de Cacá Pereira. O Sindicato divulgará mais detalhes sobre os músicos e canções nos próximos dias em seu site para que todos conheçam o trabalho de nossos colegas.

A finalíssima do 1º Festival da Nova Canção Brasileira ocorrerá no Sesc Pinheiros, sob coordenação dos cantores Chico César e Jair Rodrigues. Ambos fazem o show de abertura. O objetivo do festival é abrir espaço para novos músicos e compositores que não têm a chance de mostrar seu trabalho na mídia e nas gravadoras. Agora é torcer para nossos bancários artistas rumo à grande final em São Paulo.

Vem aí a I Mostra de Talentos Bancários

Se além de bancário você tem algum talento artístico, chegou a hora de mostrá-lo. Vem aí a I Mostra de Talentos Bancários, organizada pelo Sindicato, em comemoração aos 10 anos do Teatro e ao Dia do Bancário, durante o mês de agosto. Você canta, dança, interpreta ou pinta? Essa é a sua grande oportunidade.

Faça já sua inscrição pelo site do Sindicato, no endereço www.bancariosdf.com.br, link Cultura. Preencha todos os dados e envie para teatro@bancariosdf.com.br. Mais informações na secretaria de Cultura pelo telefone 3346-9090 (ramais 321/348).



Gisa Pithan, cantora, ex-diretora do Sindicato, durante apresentação